

AUDIÊNCIA PÚBLICA – PIME 2023

1. Dados da Reunião

Data	Hora início	Hora término	Local
05/07/2022	9h30min	10h:30min	Canal do Poder Judiciário do Estado da Bahia - Youtube https://www.youtube.com/watch?v=hrkbEQs00dA

2. Pauta

Item	Descrição
01	Apresentação da Proposta Inicial de Metas Nacionais para 2023.

3. Participantes

Nº	Nome	Unidade	Função
01	Pedro Vivas – Secretário de Planejamento e Orçamento	SEPLAN	Mediador
02	Alexsandro Silva Santos – Diretor de Planejamento Estratégico	SEPLAN	Mediador
03	Sociedade	Canal do PJBA no Youtube e Auditório	Público-Alvo

4. Abertura

O Secretário de Planejamento e Orçamento, **Pedro Vivas**, inicia a Audiência fazendo a audiodescrição do evento. Pedro Vivas agradece ao Presidente do PJBA, Des. Nilson Soares Castelo Branco e ao Presidente da Comissão de Metas, Des. Raimundo Sérgio Sales Cafezeiro pelo apoio ao evento e incentivo na elaboração da proposta das metas nacionais. Esclarece que o objetivo é a apresentação e discussão das propostas para o ano de 2023 e que toda a sociedade foi convidada a participar, pelo canal oficial do PJBA no Youtube ou de forma presencial.

5. Apresentação do Processo de Elaboração das Metas

Pedro Vivas explica o processo de construção das metas. Que o PJBA obedece a um calendário estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça, onde em maio, o CNJ informa o início do processo de elaboração. Que ainda em maio, a Rede de Governança Colaborativa fez a 1ª reunião preparatória para o 16º Encontro Nacional do Poder Judiciário, que acontece entre os meses de novembro e dezembro. Entre os meses de junho e julho ocorrem os processos participativos como a Pesquisa de Gestão Participativa, Audiência Pública e Workshop na Rede de Governança. Em agosto, os processos são filtrados e as contribuições são compiladas para a 2ª reunião

AUDIÊNCIA PÚBLICA – PIME 2023

preparatória para o 16º Encontro Nacional do Poder Judiciário. Em setembro, as propostas recebidas de todos os cantos do Brasil são analisadas como Proposta Avançada de Metas (PAME) pelo CNJ. Em outubro, o CNJ faz sua própria consulta pública e o resultado é a Proposta Final de Metas, que será discutida no 16º Encontro Nacional do Poder Judiciário, de onde sairão aprovadas as Metas Nacionais para 2023.

Pedro Vivas segue informando que todo o processo é feito com a coordenação do CNJ e com a participação da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, composta por diversos Comitês, por segmento de justiça. O Comitê da Justiça Estadual se divide em cinco subcomitês, estando o PJBA constituindo o Subcomitê Nordeste. No âmbito do PJBA existe a Rede de Governança Colaborativa formada por magistrados, dividida em 18 regiões, que tem o objetivo de fomentar o alcance das metas e o planejamento nas unidades.

O Secretário apresenta a Proposta Inicial de Metas para 2023: **Metas Pétreas 1 e 2**; renovação das **Metas 4, 5, 8, 9, 10, 11, e 12** e revisão da **Meta 3**. Para 2023, não existe ainda proposição de nenhuma nova meta temática. Não houve ainda proposta de extinção de nenhuma meta. Pedro Vivas explica que as metas se vinculam aos macrodesafios/objetivos estratégicos para o período de 2021-2026.

Alexsandro Santos, Diretor de Planejamento, registra a presença da Juíza Assessora Especial da Presidência II, Dra. Rita Ramos e sua equipe e ressalta seu apoio no acompanhamento, divulgação e na execução das metas nacionais.

Alexsandro Santos explica o que cada meta representa. Que as Metas pétreas 1 e 2 não podem ser modificadas, a não ser em seu percentual de alcance. Que a Meta 1 traz a questão da celeridade, que é julgar a maior quantidade de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente. Que a Meta 2 estimula o julgamento dos processos mais antigos, visto que existe uma grande demanda do PJBA, reforçando que só no Estado da Bahia são cerca de 1 (um) milhão e 200 (duzentos) mil processos por ano. Que a Meta 3 visa aumentar o indicador do índice de conciliação do Justiça em Números, estimulando o processo de conciliação. Que a Meta 4 visa o julgamento de processos antigos, relacionados aos Crimes contra a Administração Pública. Que a Meta 5 está relacionada à baixa processual, visando a redução da taxa de congestionamento (TC). Com relação à Meta 8, que o objetivo é julgar 50% dos casos de feminicídio e 50% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Que a Meta 9 estimula a inovação e interações com a Agenda 2030 da ONU. Que a Meta 10 está relacionada com o Programa de Justiça 4.0 nas unidades jurisdicionais do tribunal. Que a Meta 11 incentiva o julgamento dos processos de competência da Infância e Juventude e que a Meta 12 visa impulsionar e dar celeridade aos processos de ações ambientais.

Pedro Vivas informa que já existe participação no chat ao vivo e pede que os participantes aguardem, que logo após a apresentação o evento será aberto para perguntas e contribuições.

AUDIÊNCIA PÚBLICA – PIME 2023

Pedro Vivas começa a falar sobre a Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário. Informa que enviou para Rede um formulário, onde eles terão a oportunidade de fazer, diretamente, alterações ou propostas de ajustes em relação à descrição de cada meta, ao próprio questionário, ao critério de cumprimento, fórmula de cálculo ou qualquer outro esclarecimento. Que a Rede poderá responder ao questionário até o dia 12/07 e que no dia 14/07 será feito um Workshop, de onde sairá a proposta do PJBA para as metas 2023. Pedro solicita que a Rede convide aos colegas para participarem. Continua explicando que a proposta do PJBA irá para o subcomitê Nordeste, onde será avaliada junto com as demais propostas dos outros tribunais do Nordeste, para o âmbito Nacional. Ressalta que existe também outro instrumento importante que é a Pesquisa de Gestão Participativa e que esse ano é o primeiro em que existe a plena participação dos 27 Tribunais de Justiça. Comentou que a pesquisa incentiva a reflexão e oportuniza ao público a contribuição na elaboração ou na proposição de novas metas. Informa o link (<http://www5.tjba.jus.br/gestaoparticipativa/>) para responder à pesquisa e convida a todos a participarem.

Alexsandro Santos comenta que o CNJ busca sempre a elaboração das metas, através de um processo participativo e democrático e que é o segundo ano em que o PJBA faz Audiência Pública. Informa que será aberta a audiência para perguntas e/ou dúvidas.

Pedro Vivas salienta que receberá apenas as contribuições que estão no foco da apresentação da audiência pública e que, havendo alguma pergunta que não seja afeta ao evento em si, será igual tratada, entretanto, será respondida de uma outra forma e em momento mais oportuno.

Luciane Laborda se apresenta e informa que irá ler as perguntas dos internautas que acompanham a audiência Pública pelo Canal oficial do PJBA no Youtube. Paula de Carvalho, pergunta: *“Existe alguma intenção dos tribunais em fomentar alguma meta específica para os idosos?”*.

Pedro Vivas responde que não existe na PIME para 2023 nenhuma meta específica para idosos, mas que este é o momento oportuno para se fazer esse tipo de sugestão.

Alexsandro Santos informa que se alguém tiver interesse em enviar alguma solicitação melhor formulada, com informações, dados poderá fazê-la através do e-mail: seplan.dpe@PJBA.jus.br.

Luciane Laborda lê a pergunta de Karina Uchôa, participante da Audiência, através do canal do Youtube: *“Como acontece o processo de elaboração da proposta de metas pelo CNJ? Como se chega a essa taxa de 50% nos casos de feminicídio e violência doméstica?”*.

Alexsandro Santos responde que a proposta é elaborada seguindo um cronograma anual, que os dados partem do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, que acompanha as movimentações processuais de todos os tribunais, com exceção do Supremo. Que o percentual de 50% em relação aos casos de feminicídio é um grande

AUDIÊNCIA PÚBLICA – PIME 2023

desafio para os tribunais, por causa do rito processual que envolve o júri. Que são ações que possuem um trâmite mais demorado.

Alexsandro Santos informa que as pessoas presentes no auditório também podem fazer perguntas.

Dra. Rita Ramos, Assessora Especial da Presidência II, agradece a Pedro Vivas e a Alexsandro Santos pela proatividade e dedicação em relação a todo procedimento da Secretaria. Salienta que a Presidência, recentemente, criou uma comissão para tratar das metas e que está atenta ao cumprimento de todas as metas. Dra. Rita elogia a apresentação da SEPLAN.

Pedro Vivas agradece o apoio e as contribuições.

Luciane Laborda lê a pergunta de Pedro Souza, participante da Audiência, através do canal do Youtube: *“Seria correto entender que a priorização da Meta 2 é estratégia relevante para atendimento indireto a todas Metas?”*.

Pedro Vivas responde que sim, que é importante frisar que a Meta 2 fala de processos mais antigos e que no rol desses processos, todas as demais metas estão envolvidas. Que quando há o enfrentamento à Meta 2 o desdobramento é inevitável.

Alexsandro Santos reforça que essa é a principal estratégia do PJBA. Aproveita a oportunidade para pedir atenção especial à Semana de Sentenças e Baixas para que sejam julgados, exclusivamente, os processos de Meta 2. Que essa é uma estratégia aprovada pelo Comitê de Governança e pela Comissão de Metas, presidida pelo Des. Raimundo Sérgio Sales Cafezeiro.

Pedro Vivas diz que continuam disponíveis para perguntas.

Alexsandro Santos informa novamente o e-mail: seplan.dpe@PJBA.jus.br para aqueles que desejem enviar perguntas de uma forma mais elaborada.

Isabela Burke, da Chefia de Gabinete da Corregedoria, comenta que está à frente do Projeto Meta 2. Que eles têm visto a necessidade de um melhor cadastramento dos processos, tanto pelos entes públicos quanto pelos advogados. Que hoje a maior dificuldade em identificar os processos de Meta 2 passa pela higienização da base de dados. Pede que sejam dadas as atenções devidas no momento do cadastramento das ações, para que se possa fazer uma seleção mais complexa e de forma mais facilitada. Que os processos poderiam ser incluídos em pauta de julgamento temática, mas que por falta dos assuntos ou classes processuais estarem cadastrados corretamente, acabam impactando negativamente nos dados do tribunal.

Alexsandro Santos ressalta a importância do cadastramento correto e informa que o Departamento de Pesquisas Judiciais (DPJ) do CNJ faz seus levantamentos, tendo como base o cadastramento e as movimentações processuais. Que o atendimento às Tabelas Processuais Unificadas (TPU) é a base de todos os estudos e toda estratégia do Poder Judiciário. Informa que o tribunal vem trabalhando no saneamento dessa base de dados e que a Corregedoria vem atuando na própria distribuição. Pede que os advogados, Ministério Público e

AUDIÊNCIA PÚBLICA – PIME 2023

Defensoria Pública se atentem no cadastramento das ações. Que os magistrados e servidores devem observar os equívocos e fazer as correções, lançando os movimentos adequados. Comentou uma situação que aconteceu no processo, por erro na movimentação.

Pedro Vivas lembrou que quanto maior a qualidade de dados melhor aplicação do esforço. Que o foco que se faz na Meta 1 e Meta 2 abre espaço para que outros processos sejam colocados em pauta e enfrentados.

Isabela Burke comenta que existem unidades judiciais de jurisdição plena e que para o magistrado conseguir identificar os processos no fluxo, eles precisam estar cadastrados corretamente. Ressalta a importância do cadastramento e que a Corregedoria está com um projeto piloto de validação dos dados cadastrais, com a intenção de levar o projeto para comarcas de Entrância Final, mas que é importante “estancar” o erro no cadastro.

Alexsandro Santos salienta que a importância do cadastramento correto vai além da execução. Que esses dados e informações ajudam a promover políticas públicas.

Pedro Vivas lembra que os métodos adequados de solução de conflitos são bem vindos porque também oportunizam o enfrentamento pelo magistrado da análise de processos mais complexos. O avanço com os métodos adequados (conciliação e mediação) para o alcance do objetivo estratégico, é uma boa estratégia a ser atingida.

Murilo, Assessor da Des^a Maria do Rosário sugere à SETIM o desenvolvimento de mecanismos no sistema EXAUDI para identificação dos processos relacionados a outras metas. Que o sistema não mostra com precisão quais são os processos de Metas 1 e 2.

Alexsandro Santos responde que o EXAUDI foi desenvolvido para gestão da unidade. Que a ferramenta ainda está em evolução e que já foi feita a solicitação da inclusão das metas para apresentação pelo sistema. Informa com relação à Meta 1, que o sistema apresenta apenas o gráfico, porque a Meta 1 estimula apenas o desempenho. Que a ideia é que o EXAUDI seja um ponto único tanto para gestão cartorária quanto para acompanhamento do desempenho das metas nacionais, pelas unidades.

Isabela Burke esclarece que o Corregedor Des. José Rotandano é presidente do grupo que instituiu o EXAUDI no PJBa. Que precisou ser feita uma atualização no percentual de Meta 2, devido ao glossário do CNJ e que foi feita uma melhoria e disponibilizado um ícone para que se possa ter acesso a todos os processos de Meta 2 da unidade. Que foi observado que alguns equívocos não são erros do sistema, mas uma falta de alteração da classe processual. Sugere uma força tarefa para que sejam sempre atualizadas as classes processuais quando houver algum tipo de modificação, para que o processo saia da fase de conhecimento.

Pedro Vivas faz uma observação que meta nacional está diretamente e exclusivamente relacionada à sentença e que o Justiça em Números está relacionado à baixa processual e os dois se complementam. Que já foram

AUDIÊNCIA PÚBLICA – PIME 2023

recebidas três contribuições da Rede de Governança do PJBA que serão ajustadas e levadas para construção da proposta da Bahia. Que é uma construção de muitas mãos e que esse momento é muito rico.

Alexsandro Santos comenta que hoje contamos com mais uma instância que é a Comissão de Metas, formada pelo Presidente Nilson Soares Castelo Branco. Que após o trabalho com a Rede de Governança, de coletar o opinativo de todos os magistrados, compilar e levar para análise da comissão teremos a opinião do PJBA.

Pedro Vivas fala sobre o convite feito aos magistrados para 1ª Audiência Pública e sobre o Workshop, que acontecerá no dia 14/07. Informa que está à disposição dos participantes do auditório e dos internautas para perguntas sobre as metas.

Alexsandro Santos pede a todos que acessem a Pesquisa de Gestão Participativa, pedindo que seja colocado o endereço eletrônico para acesso.

Dr. Guilherme, da Ouvidoria, agradece o convite feito pela SEPLAN e comenta que a solução de algumas demandas não depende exclusivamente do PJBA, mas muitas vezes do advogado ou do Ministério Público. Que antes de procurar a Ouvidoria, o interessado procure o seu advogado. Parabeniza a SEPLAN e o evento.

Alexsandro Santos esclarece que o MP assim como os tribunais, possui o Conselho Nacional do MP. Que os desafios são parecidos com os do PJBA e que se somam, com o objetivo de uma prestação jurisdicional mais célere.

Pedro Vivas agradece a todos a disponibilidade e atenção ao assunto. Que a audiência estará disponível no canal oficial do PJBA, no Youtube. Que a SEPLAN se coloca à disposição.

Alexsandro Santos agradece ao Presidente Nilson Soares Castelo Branco, ao Presidente da Comissão, Des. Raimundo Sérgio Sales Cafezeiro e aos participantes. Informa que está aguardando a participação de todos na construção das metas.